Este suplemento faz parte integrante do Jornal Económico Nº 2021 não pode ser vendido separadamente

JE O Jornal Económico

África Capital

Países lusófonos ainda estão aquém do potencial de atração de turistas

África só fica atrás da Ásia-Pacífico no que diz respeito ao ritmo de crescimento do turismo, beneficiando da maior estabilidade política no continente. Cabo Verde prevê ultrapassar o milhão de visitantes em 2021, mas Angola e Moçambique ainda têm preços muito elevados e ausência de quadros. Já a Guiné-Bissau sofre com as convulsões militares e ainda faltam infraestruturas a São Tomé e Príncipe. ● P2 e 3

GUINÉ-BISSAU

Segunda volta das eleições presidenciais promete clarificar regime de Bissau

Guineenses vão fazer escolha entre os ex-primeiros-ministros Domingos Simões Pereira e Umaro Sissoco Embaló neste domingo. ● P7

EMPRESAS

Grupo Carrinho dinamiza Benguela com novo complexo industrial

Empreendimento que acaba de ser inaugurado permite produzir 100 mil toneladas mensais de produtos agroalimentares em Angola. ● P6

PERFIL

Pioneira assume desafio de equilibrar contas públicas e fazer privatizações

Ex-secretária de Estado assumiu pasta das Finanças aos 35 anos, ouvindo do presidente angolano: "Queremos obra feita". ● P4

Vera Daves de Sousa
Ministra das Finanças de Angola

Nada se perde quanto tudo se aproveita

Leonardo Ralha
Subdiretor do Jornal Económico

Sol, praias, património, beleza natural e preços competitivos quando comparados com os de outros destinos. Soa familiar? Não espanta, pois alguns trunfos que contribuíram para o *boom* turístico português também se podem encontrar em muitos países africanos. Algo que é demonstrável pela multiplicação do número de turistas e das receitas que deixam nas terras por onde passam.

Aproveitar o que existe, recuperar aquilo que o tempo e a incúria degradaram – nada que não tenha sido feito em Portugal, cujo património histórico muito deve à política do espírito de António Ferro no início do Estado Novo – e qualificar a oferta, tanto em infraestuturas como nos recursos humanos, são desafios que se colocam a África para aumentar a fatia no bolo do turismo global.

Nada impede alguns países de encetarem uma política de atração de turistas capaz de trazer receitas, gerar empregos e dinamizar grupos locais

Sendo claro que poucos visitantes se consegue atrair antes de assegurar viagens e estadias seguras, o que infelizmente continua a ser difícil em muitas conturbadas nações africanas, nada impede alguns países de encetarem uma política de atração de turistas capaz de trazer receitas, gerar empregos e dinamizar grupos locais (mesmo que mediante parcerias com *players* de outros continentes).

Até porque, além dos mercados europeus com afinidades culturais e linguísticas com África, a multiplicação do número de turistas orientais é uma oportunidade que deve ser agarrada. ●

OPINIÃO

Pontos de viragem ou de interrogação?

SHRIKESH LAXMIDAS
Diretor Adjunto

Nas narrativas sobre África é frequente vermos antevisões sobre repentinos pontos de viragem. Algo novo (um líder, um plano, um recurso) que vem aí para resolver os problemas e superar todas as profundas crises.

É uma visão algo simplista, claro, pois os problemas em África são, como em todo lado, complexos, teimosos e difíceis de resolver de uma só vez. No entanto, nunca é fácil equilibrar o otimismo necessário (dos atores, mas também dos observadores), com o realismo e a análise fria que a experiência e a história nos oferece.

Nesta edição (tão perto final do ano, altura que tende a empurrar o foco para o que poderá mudar no futuro) do África Capital, trazemos temas que podem até não vir a ser pontos de viragem, mas que pelo menos de momento trazem essa perspetiva.

No texto de abertura, olhamos para o turismo como fonte de desenvolvimento económico em África. Não é a primeira vez que o setor é visto como *the next big thing*, mas as taxas de crescimento mostram que há oferta, procura e que vários países já estão a beneficiar. Para o turismo ser um ponto de viragem é preciso criar as condições necessárias, como a segurança, a estabilidade, o conforto e preços competitivos. A Angola, Moçambique e Guiné-Bissau falta pelo menos um destes factores, o que atrasa o desenvolvimento do turismo nesses países. Além disso, não podemos esquecer que o turismo tem externalidades, ambientais e sociais, que devem ser tomadas em conta.

Nesta edição oferecemos um perfil de Vera Daves, que foi recentemente nomeada ministra das Finanças de Angola. A primeira mulher a ocupar o cargo não tem tarefa simples - fazer de 2020 um ponto de viragem da economia angolana, guiando-a para mares estáveis e distantes da turbulência recente.

O presidente angolano, João Lourenço, já explicou o que exige - obra feita - mas certamente percebe que Vera Daves herdou uma economia que está em recessão, que depende do mercado petrolífero e que foi este ano abalada pela introdução atabalhoada do IVA e de uma liberalização dolorosa do kwanza.

Ponto de viragem é o que os dois candidatos na segunda volta das presidenciais da Guiné-Bissau deste domingo dizem representar. São dois ex-primeiros-ministros com visões radicalmente diferentes sobre como gerir um país altamente fragmentado.

Domingos Simões Pereira ou Umaro Sissoco Embaló, quem ganhar terá tarefa árdua para virar a sorte da Guiné-Bissau. ●

Nesta edição do África Capital, trazemos temas que podem até não vir a ser pontos de viragem, mas que pelo menos de momento trazem essa perspetiva

GEOPOLÍTICA

Turismo está a dar o grande salto em frente

É uma das principais luzes de esperança que se acendem no continente africano, fruto da multiplicação do número de turistas. Os países lusófonos também beneficiam, mas precisam de investir para cumprir o potencial.

PEDRO CORREIA
pedro@africacapital.net

As segundas maiores taxas de aumento das receitas turísticas à escala global ocorrem hoje em África: só a Ásia-Pacífico vem crescendo a maior ritmo. Não por acaso, a Agência de Desenvolvimento da União Africana começou a promover o continente como o "destino do século XXI".

De acordo com estatísticas divulgadas pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC, nas iniciais inglesas), em 2018 o número de turistas em África cresceu 5,6%, percentagem muito superior à média no conjunto do globo, situada em 3,2% no mesmo período. Traduzido em números absolutos, isto significa que mais de 67 milhões de turistas visitaram um continente que durante décadas manteve os forasteiros à distância. Basta lembrar que em 1990 os países africanos, no seu conjunto, só receberam 6,7 milhões de visitantes.

Para esta mudança muito tem contribuído o cenário global, durante demasiado tempo associado a guerra, fome e epidemias de todo o género. O turismo funciona como um poderoso agente de paz e progresso, proporcionando a criação de milhões de empregos. E é também um excelente barómetro para avaliar tendências globais: quando aumenta, é sinal inequívoco que os conflitos bélicos estão em regressão. Não por acaso, a Etiópia é a nação do mundo em que o turismo mais cresceu em 2018: um aumento de 48,6%. Precisamente o país do primeiro-ministro Abiy Ahmed Ali, galardoado em 2019 com o Prémio Nobel da Paz.

Esta contínua abertura deve-se

também aos progressos que vêm sendo registados em matéria de vistos. Segundo o mais recente Índice de Abertura divulgado em simultâneo pela União Africana e pelo Banco Africano de Desenvolvimento, "os países africanos estão a tornar-se cada vez mais abertos a visitantes de todo o continente, já que a maioria dos países e regiões faz progressos constantes em todos os indicadores de abertura de vistos". De tal maneira que em 2019 os africanos passaram a ter acesso liberalizado a 51% do continente. Isto apesar de haver apenas dois países – Benim e Seicheles – que permitem o acesso sem vistos a visitantes de qualquer parcela de África.

Segurança e conforto

A mudança está em curso. E levou já os responsáveis turísticos africanos a reunirem-se em cimeira, no ano passado, na cidade sul-africana de Stellenbosch, selando compromissos em matéria de segurança, conforto e apoio permanente ao viajante.

Se o poder político acompanhar esta dinâmica empresarial, as expectativas são de crescimento imparável: 85 milhões de visitantes já no ano que vem e 134 milhões em 2030.

Noutros tempos, pareceria uma miragem. Hoje não é assim. Apesar das catástrofes e devastações a que o continente tem vindo a ser sujeito, ainda é a região do mundo que conserva uma maior diversidade de oferta natural, insuperável a vários títulos. Atrai gente muito diversa em busca de praias imaculadas, selva luxuriante, savanas povoadas de espécies selvagens ou grandes lagos em cujas margens habitam os maiores primatas do globo. Sem esquecer o património histórico ou cultural que atrai milhões a paragens egípcias ou etíopes. Com uma capacidade de sedução sem paralelo noutras paragens.

Na África subsariana, o turismo está em expansão acentuada em países como Gâmbia, Botsuana, Ruanda, Quénia e África do Sul. Marrocos e Senegal mantêm a capacidade de atrair visitantes pela sua oferta incomparável. E Madagáscar tem-se tornado um destino de eleição, sobretudo para turistas asiáticos, que nas novíssimas ofertas hoteleiras da grande ilha conseguem encontrar exotismo e luxo.

A estabilidade é fundamental para atrair turistas. Este continua a ser o maior problema na Guiné-Bissau, onde apesar das convulsões políticas e militares há já empresários estrangeiros a adquirir largas parcelas de terreno

Panorama lusófono

Este é um desafio acrescido também para a África lusófona. Moçambique possui algumas das mais deslumbrantes praias do continente – segredo que tem vindo a ser desvendado cada vez com maior insistência nas publicações da especialidade. Angola, superada a guerra, tem imensas potencialidades à espera de investimento em infraestruturas que permitam potenciá-las. São Tomé e Príncipe aposta há anos no turismo. E Cabo Verde vem-se distinguindo também no segmento balnear, aproveitando a sua localização geográfica na rota de três continentes.

A estabilidade é fundamental para atrair turistas. Este continua a ser o maior problema na Guiné-Bissau, onde apesar das convulsões políticas e militares há já empresários estrangeiros a adquirir largas parcelas de terreno em algumas das 88 ilhas que constituem o deslumbrante arquipélago dos Bijagós – várias delas em estado virgem, completamente esquecidas. Replicar aqui o padrão são-tomense ou cabo-verdiano é a meta, com *resorts* sustentáveis que satisfaçam os mais elevados padrões ambientais. A localização geográfica do país, situado a quatro horas da Europa por via aérea, é outra vantagem potencial.

São Tomé e Príncipe oferece estabilidade política e propicia bom acolhimento aos visitantes. Mas carece de investimento em infraestruturas que permita aumentar o afluxo turístico, como a substituição do terminal de passageiros do aeroporto ou a ampliação do porto de Santo António, no Príncipe, havendo igualmente que superar carências no abastecimento de água e energia. O país recebe por ano cerca de 30 mil turistas – um terço dos quais oriundos de Portugal – que ali procuram as suas florestas verdejantes e as suas deslumbrantes praias. Em 2018, registou um aumento de 7% de visitantes, em comparação com o ano anterior. A progressiva isenção de vistos de entrada para alguns países e o aumento dos voos fretados contribuiu para este acréscimo. Mas há potencialidades para receber mais.

Cabo Verde vem registando também cada vez mais procura. Só os primeiros nove meses deste ano, os estabelecimentos hoteleiros do arquipélago receberam quase 600 mil hóspedes, dando origem a 3,7 milhões de dormidas. Um crescimento homólogo de 7,5% no número de visitantes, face a idêntico período de 2017. A ilha do Sal recebe quase metade (48,4%) do número de entradas, seguindo-se a Boa Vista (29,8%) e Santiago (11,6%). Portugal é o segundo mercado turístico, depois do Reino Unido. Prevê-se que em 2021 o país venha a receber 1,1 milhões de turistas. Mas, para superar novas etapas, necessita de transportes mais baratos, melhorar infraestruturas e diversificar oferta.

Angola e Moçambique têm feito esforços consideráveis para atrair turistas, reduzindo a exigência de vistos. Embora os preços muito elevados e a falta de quadros qualificados sejam obstáculos a contornar com urgência para atrair estrangeiros.

Ângela Bragança, ministra angolana da Hotelaria e Turismo, afirmou em recente visita a Portugal que uma das metas declaradas de Luanda é o desenvolvimento da área que tutela, como veículo de captação de "receitas para o PIB e criação de emprego". Com apostas declaradas no Ecoturismo no Parque Nacional do Iona, no sul do país, ou na prática de desportos náuticos em Cabo Ledo, a 120 quilómetros da capital. Passando pela ilha do Mussolo, frente a Luanda, ou pela Restinga, em Benguela: há neste momento cadeias internacionais a estudar investimentos nestas zonas.

Em Moçambique, o turismo está em fase de expansão sobretudo em Maputo e nas paradisíacas praias situadas num raio de algumas dezenas de quilómetros da capital. Praticamente todos os grandes grupos hoteleiros de portugueses têm investimentos na Pérola do Índico, que beneficia da proximidade da África do Sul. A recuperação do Parque da Gorongosa, no centro do país, tem contribuído para a recuperação do prestígio de Moçambique como destino turístico de elevado potencial junto de viajantes que cultivam os valores ecológicos. Noutro contexto, unidades hoteleiras de referência, como o histórico e quase centenário Polana, recentemente recuperado por um grupo liderado pelo Fundo Aga Khan para o Desenvolvimento Económico, valorizam o país nas publicações internacionais da especialidade.

Ao contrário de Angola, hoje um país pacificado, Moçambique continua a enfrentar sérios problemas de insegurança. Sobretudo no extremo norte, na província de Cabo Delgado, onde têm ocorrido atentados de um movimento insurgente de matriz islâmica. E há registo regular de surtos de banditismo violentos, designadamente em Manica e Sofala, levando as próprias autoridades a recomendar precaução na circulação rodoviária destas províncias. ●

BREVES

Nova refinaria avança em Cabinda

Angola terá uma nova refinaria, a instalar em Malembo, nos arredores da cidade de Cabinda. A obra vai desenvolver-se em três fases e custará 500 milhões de dólares (cerca de 490 milhões de euros). Segundo o ministro angolano dos Recursos Minerais e Petróleos, Diamantino Azevedo, a primeira fase ficará concluída em 2021, prevendo-se que venha a produzir 30 mil barris de gasóleo e gasolina por dia e permita criar 1.500 postos de trabalho. O empreendimento será suportado em 90% pela Gemcorp, um grupo de gestão de fundos de investimento com sede em Londres, e em 10% pelo Estado angolano, através da Sonaref, subsidiária da Sonangol para a área da refinação. A maioria da produção petrolífera angolana concentra-se na província de Cabinda.

Pirataria preocupa São Tomé

O aumento da pirataria nas águas do Golfo da Guiné preocupa o Governo de São Tomé e Príncipe. Esta preocupação foi expressa pela ministra são-tomense dos Negócios Estrangeiros, Elsa Pinto, durante uma visita oficial realizada a Lisboa em que pediu o reforço da cooperação com Portugal no combate à pesca ilegal e aos ataques marítimos nas águas adjacentes ao arquipélago. "As nossas riquezas estão no mar", sublinhou a ministra, apelando para o reforço da segurança nas rotas marítimas.

Mais são-tomenses em Portugal

Os são-tomenses terão novas oportunidades de encontrar trabalho sazonal em Portugal ao abrigo de um acordo de imigração laboral temporária que começou a ser estudado pelos dois governos e poderá ser assinado em 2020. A proposta resulta de uma iniciativa do presidente da Associação da Comunidade São-tomense em Portugal, António Cádio, para suprir carências de mão-de-obra legalizada e enquadrada na construção, turismo, hotelaria e agricultura.

PERFIL - VERA DAVES DE SOUSA

Pioneira tem a missão de acertar as contas públicas angolanas

Primeira mulher a assumir pasta das Finanças em Luanda recebeu muitos desafios de João Lourenço: reduzir a dívida, estancar a inflação e concretizar um ambicioso programa de privatizações.

PEDRO CORREIA
pedro@africacapital.net

É um desafio muito difícil. Mas está apostada em vencê-lo. Com a determinação de quem se habituou a ultrapassar obstáculos, Vera Esperança dos Santos Daves de Sousa, recém-empossada ministra das Finanças de Angola, quer recuperar o tempo perdido, recolocando o país na linha da frente do progresso.

Ao empossá-la no palácio presidencial, a 9 de outubro, João Lourenço não deixou lugar a dúvidas: "Queremos obra feita. Já fizemos muitos discursos e precisamos de fazer coisas em concreto." Não podia ser mais claro o repto do Chefe do Estado à nova titular da pasta das Finanças, nascida há 35 anos em Luanda. A primeira mulher a assumir tão importante pelouro no país, independente há 44 anos.

É um domínio com poucos segredos para a jovem governante. Antes de ascender ao posto ministerial, já integrava o Executivo, como secretária de Estado das Finanças e Tesouro. Licenciada em Economia pela Universidade Católica de Angola, entre as funções públicas que desempenhou destacam-se a de administradora executiva da Comissão de Mercado de Capitais (2014-2016) e a presidência desta comissão (2016-2017, transitando daí para o Governo).

Quem já trabalhou consigo gaba-lhe a firmeza e a genuína vontade de servir o país, confrontado com graves problemas na área financeira. Sabe-se de antemão que não terá tarefa fácil: a economia angolana entrou em recessão desde a drástica queda das receitas do petróleo. Segundo as previsões do Fundo Monetário Internacional, o ano fechará com as contas a vermelho: 0,3% de crescimento negativo do Produto Interno Bruto.

Para 2020, é fundamental que a administração pública angolana nos seus diversos patamares – central, provincial e local – "sejam capazes de gerar um saldo positivo entre os recursos de que irão dispor e aqueles que estão autorizados a gastar". Palavras da nova ministra na abertura da III Edição do Fórum do Mercado de Capitais, realizado no mês passado em Luanda.

Uma das metas ambicionadas é gerar um saldo fiscal positivo de 1,2% do PIB. Só assim, garante a governante angolana, haverá "margens sustentáveis para reduzir a dívida soberana, de forma gradual e paulatina". E saldar o empréstimo contraído em 2018 junto do FMI ao abrigo de um programa de financiamento ampliado que implica obrigações para o Estado angolano.

Quem já trabalhou consigo gaba-lhe a firmeza e a genuína vontade de servir o país, confrontado com graves problemas na área financeira

O peso da dívida

O endividamento das contas públicas do país poderá ascender este ano a 95% do PIB e mais de metade do Orçamento do Estado angolano para 2020, no valor de cerca de 15 biliões de kwanzas (mais de 27 mil milhões de euros) destina-se a pagar a dívida. A inflação a rondar os 18% e o desemprego cifrado em 30% são outras más notícias para Vera Daves, que não demorou a transmitir mensagens positivas à população, aos empresários e aos mercados.

"É preciso garantir que no final do processo o país saia da letargia que tem impedido de resolver problemas como o emprego, a competitividade e a eficiência", afirmou também a governante pouco depois de iniciar funções. Referia-se, em concreto, ao vasto programa de privatizações que promete transformar a face da economia nacional. Prevê-se a transferência de 195 empresas da órbita do Estado para a esfera privada, incluindo 32 de referência nacional. Intenção declarada: gerar receitas que permitam não apenas aliviar a dívida mas concretizar investimentos há muito adiados no capítulo das infraestruturas públicas, essenciais para a modernização do tecido produtivo.

Esta operação decorrerá através da Bolsa de Valores, estando já empossada uma comissão técnica que acompanhará este ambicioso programa. As privatizações incidirão sobretudo nas áreas da indústria, agricultura, minas, transportes, telecomunicações e turismo.

A posse privada dos meios de produção deixou de ser tabu em Luanda, capital de um país com 42% da população no limiar da pobreza. O currículo da ministra não deixa dúvidas quanto ao seu conhecimento da dinâmica empresarial e aos desafios da economia angolana no contexto da globalização.

Antes da sua etapa governativa, a primeira mulher a gerir as finanças do Estado angolano foi técnica superior na Sonangol e dirigiu o gabinete de produtos e pesquisa do Banco Privado Atlântico. Tornou-se presença assídua, enquanto comentadora, em órgãos de informação – incluindo a TPA, a Rádio Mais e a revista Rumo – e integrou o corpo docente da Universidade Católica, sua *alma mater*, ensinando Finanças Públicas e Integração Económica.

Vera Daves admite que o Estado "tem ainda um caderno muito pesado e muito complexo". Precisa de atrair financiamento externo e gerar confiança nos investidores, o que só se consegue com o aprofundamento das reformas iniciadas por João Lourenço. E o cumprimento de compromissos firmados com o FMI. Um destes exige o fim dos subsídios estatais a combustíveis.

O presidente angolano não deixou lugar a dúvidas. Ao empossar a ministra, juntamente com a nova titular da pasta da Educação, Ana Tuavanje Elias, o Chefe do Estado transmitiu-lhes uma palavra de ordem: eficiência. Em busca de soluções "sem aguardar pelas famosas ordens superiores, salvo se as situações ultrapassarem a vossa competência".

Vera Daves de Sousa enfrenta o teste mais complexo da sua carreira profissional e política. Vai querer superá-lo com a mesma nota elevada que a acompanhou no percurso académico. Fracasso, garante quem a conhece, não é palavra que conste do seu vocabulário. ●

Foto cedida por Sergio Afonso

OPINIÃO

Guiné Equatorial: uma parceria de futuro para Portugal

MANUEL AZEVEDO
Cônsul honorário
de Portugal em Malabo

Constatamos a existência de vários países do continente africano com economias baseadas sobretudo na produção de petróleo e de gás a atravessar uma enorme crise financeira, com repercussões directas na vida das populações, nos investimentos noutras áreas, no ensino, na saúde, etc. Parece que há uma ordem para não se desenvolver a economia. Isto pelo menos nos países que conheço em África.

A Guiné Equatorial não foge a essa "quase" regra. País de uma beleza enorme e com condições excecionais, oferece tudo o que o turismo quer. Tem bosques (selva) deslumbrantes, tem rios maravilhosos, tem praias de sonho, tem aldeias que, recuperadas, seriam fantásticos lugares de alojamento.

A Guiné Equatorial tem vindo a criar infraestruturas que estão subaproveitadas. Os seus aeroportos e portos são seguramente dos melhores que há na região da África Ocidental e Golfo da Guiné, e mesmo em África em geral. O país está também dotado de uma rede de estradas que nos leva a todos os locais onde pretendamos ir, atravessando-o de norte a sul e de este a oeste.

Tem tudo isto, além do que a natureza lhe oferece, mas continua a faltar-lhe o passo seguinte: criar condições para que tal aconteça.

Entre as condições necessárias está a formação profissional e o desenvolvimento e promoção de um verdadeiro sector turístico assente numa política estruturada. A Guiné Equatorial já tem algumas cadeias internacionais de hotelaria a operar mas mais viradas para o cliente/negócio. Porém, é já um bom indicador do que se pode fazer no país ao nível da formação.

Quando aterrei a primeira vez em Malabo o serviço que se prestava nos hotéis era assustador. Pouca ou nenhuma formação. Hoje já começa a haver bom serviço, com gente local, apesar de ainda subsistir um caminho a percorrer. Neste sector, Portugal, com a sua experiência, pode ser um bom parceiro na formação de quadros da Guiné Equatorial e na implementação de um plano sectorial.

A Ilha de Bioko (antiga Fernando Pó), de uma beleza rara, dotada de praias e povoações que depois de recuperadas seriam locais de visita e de estadia obrigatórias, Corisco e as suas areias brancas, e Annobon (Ano Bom), com as suas semelhanças à ilha vizinha de São Tomé, são apenas alguns exemplos do potencial da Guiné Equatorial. A segurança e um sistema de saúde de nível superior são outras vantagens comparativas a ter em conta.

É fácil olhar para o turismo como uma aposta estratégica deste país, até como pilar da diversificação da economia nacional, mas a Guiné Equatorial ainda carece de alguma estratégia e visão, de uma verdadeira vontade de diversificar e de se abrir aos mercados externos. Com a atual aposta do governo de Malabo em impulsionar o investimento estrangeiro, com especial destaque em 2020, as condições poderão vir a tornar-se mais favoráveis num futuro próximo. Portugal estará então em condições para se tornar num parceiro incontornável.

Portugal, com a sua experiência, pode ser um bom parceiro na formação de quadros da Guiné Equatorial

EMPRESAS

Grupo Carrinho dinamiza Benguela

Novo complexo industrial cria 600 postos de trabalho e promete produzir 100 mil toneladas de produtos alimentares. João Lourenço elogia esta iniciativa empresarial.

PEDRO CORREIA*
pedro@africacapital.net

O presidente João Lourenço fez questão de marcar presença, a 30 de novembro, na inauguração do Complexo Industrial Carrinho, situado nos arredores da cidade de Benguela. Este empreendimento, integrado num dos maiores grupos privados do país, promete produzir mensalmente 100 mil toneladas de produtos que integram a chamada "cesta básica" de Angola, que integra produtos como açúcar, arroz, farinha de milho e trigo, feijão, leite, óleos alimentares, sabão, sal, massas alimentares, sumos, frango, carne suína e bovina.

Em declarações aos jornalistas, na ocasião, João Lourenço elogiou este exemplo da indústria transformadora colocada ao serviço da sociedade angolana, fazendo votos para que empreendimentos semelhantes possam multiplicar-se noutras zonas do país, em benefício da população em geral e dos produtores agrícolas em particular. Designadamente os que cultivam milho, trigo, arroz e feijão, que assim terão maior capacidade de escoar as colheitas.

O Chefe do Estado assegurou que todos os empresários que "souberem trabalhar no sentido do melhor aproveitamento dos produtos do campo" poderão contar com o apoio do Governo.

Este empreendimento industrial, sublinhou, ajudará a combater o desemprego e a reduzir a importação de bens alimentares. O Executivo angolano quer restringir até 60% a aquisição ao estrangeiro de bens acabados para consumo das populações. Meta de longo prazo: tornar o país autossuficiente na cadeia alimentar, concretizando um desígnio já com décadas.

O Executivo angolano quer restringir até 60% a aquisição ao estrangeiro de bens acabados para consumo das populações

O complexo empresarial de Benguela integra 17 fábricas, das quais 15 de vocação alimentar e duas não-alimentares. Inclui armazéns, silos e moagens de milho e trigo, áreas técnicas e escritórios. Emprega cerca de 600 trabalhadores, na esmagadora maioria jovens locais, produzindo bens tão diversos como bolachas, massas alimentícias, leite condensado, papas lácteas e rebuçados. Integra ainda fábricas especializadas na refinação e enchimento de óleo vegetal, maionese, molhos diversos, margarina, processamento de carnes. E unidades fabris vocacionadas para o empacotamento de farinha de trigo, milho, arroz, leite em pó e sal, entre outros produtos. Sem esquecer artigos de higiene, como sabonetes, sabões e detergentes.

O empreendimento resultou de um investimento avaliado em cerca de 600 milhões de dólares, financiados em mais de dois terços pelo grupo Paramount Energy SA, com sede na Suíça. As restantes parcelas são repartidas por capitais próprios e pelo Banco Keve.

Este complexo industrial permitirá, por outro lado, dinamizar o caminho de ferro de Benguela e o porto, dando mais vida ao Corredor do Lobito.

Existe ainda outra iniciativa empresarial do Grupo Carrinho já em marcha. Deverá situar-se na cidade petrolífera do Soyo, na província do Zaire e tem inauguração prevista para 2021.

Fundado em 1996, o Grupo Carrinho é 100% angolano e tem-se especializado na comercialização a retalho de produtos alimentares e bebidas, contando com várias unidades de negócio: Carrinho Indústria, Lojas Bem Barato, Bem Bom, Leonor Carrinho Grupo, Leonor Carrinho Catering, Ki-pão e FEC, que representam as marcas Manty, Tio Lucas, Kitandeira e D'Angola. ● **com agências*

Paulo Cunha/Lusa

SEGUNDA VOLTA DAS PRESIDENCIAIS

Guiné-Bissau volta às urnas para tentar "clarificar"o regime

Dois antigos primeiros-ministros lutam para chegar à presidência neste domingo, com visões opostas sobre como gerir um país fragmentado.

SHRIKESH LAXMIDAS
slaxmidas@jornaleconomico.pt

Dado o inusitado *timing* da segunda volta das eleições presidenciais - marcadas para 29 de dezembro - os dois candidatos conjugaram os votos de Natal e Ano Novo com mensagens de campanha.

Por coincidência, ambas foram emitidas no mesmo dia (24) e a partir da mesma cidade - Gabu, no leste da Guiné-Bissau, a 190 quilómetros da capital. Os candidatos, que discordam sobre quase tudo, falaram sobre os temas que têm afligido o país nos últimos anos e a nova realidade que prometem aos guineenses.

Domingos Simões Pereira, candidato e líder do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e que obteve 40,13% dos votos na primeira volta, falou sobre divisões, conflitos e crises, desejando que sejam superadas por paz, fraternidade, soberania e a construção de uma nova Guiné-Bissau.

O seu adversário, Umaro Sissoco Embaló (27,65% na primeira volta), apoiado pelo Movimento para a Alternância Democrática (Madem-G15), discursou sobre mentiras e ambições escondidas, que quer substituir com a "força da verdade". Salientou ainda a "força da coligação", criada pelo apoio de vários candidatos que não passaram da primeira volta de 24 de novembro, incluindo o presidente-cessante José Mário Vaz.

Segundo Ismael Sadilú Sanha, analista político e doutorando em Políticas Públicas no ISCTE, à semelhança das anteriores, a campanha está a correr normalmente, sem incidentes maiores. "Aliás, a Guiné-Bissau tem tradição de transparência e civismo no processo eleitoral, mesmo quando politicamente as relações entre os partidos são tensas", referiu Sanha ao África Capital.

A ausência de incidentes não mascara, portanto, a tensão. O sociólogo e investigador Miguel de Barros explicou que a campanha eleitoral para a segunda volta "decorreu num ambiente de forte polarização política e assente sobretudo nas questões baseadas nas clivagens identitárias, particularmente nos aspetos étnico-religioso", num contexto de "fraqueza de propostas consentâneas com o papel constitucional do Presidente da República".

"Clarificação do regime"

Ismael Sadilú Sanha sublinhou que essa tendência não é nova. "O que se tem verificado eleições após eleições, e tende acentuar-se cada vez mais, é o apelo ao voto solidário étnico, e estas eleições não são exceção".

"Tanto de um lado como do outro, apesar de um dos candidatos [Simões Pereira] ter exultado raras vezes a sua pertença regional e tribal para pedir voto solidário étnico, devido à extrema pobreza em que se encontra a população das zonas rurais e remotas, sem praticamente disporem de infraestruturas básicas, as pessoas tem dificuldade de fazer um escrutínio rigoroso e coerente aos candidatos, para aferir quem está melhor posicionado para defender o interesse nacional", afirma Ismael Sadilú Sanha. "Vota-se no candidato que tem distribuído benesses", reforça.

Miguel de Barros frisou que o aspeco da mobilização financeira foi algo bastante notável na campanha. "Estamos perante as eleições mais sofisticadas em termos de meios técnicos, logísticos e operacionais da história das eleições na Guiné-Bissau, mas também na disputa pela visibilidade e *marketing* político dos candidatos".

De acordo com o sociológo, este esforço acrescido advém do facto de estar em jogo "a clarificação do regime e duas visões de gestão do estado baseada em formas de regime político diferentes".

Miguel de Barros referiu que Domingos Simões Pereira, que foi demitido por José Mário Vaz em 2015, "defende o semipresidencialismo e a estabilização governativa através da manutenção do executivo liderado pelo PAIGC".

Adiantou que, do outro lado, Umaro Sissoco Embaló "defende o presidencialismo, chamando a si o papel de ministro dos Negócios Estrangeiros e o questionar da maioria parlamentar do PAIGC, bem como a base político-judicial que nomeou o atual executivo".

"Para além da clarificação do regime, está em causa a definição de uma nova base de confiança e o consenso que se pode alcançar em torno dela, para a estabilização do país, a promoção da recuperação económica e a geração de um quadro político favorável para mobilização internacional para financiamento do desenvolvimento do país e a sua consequente normalização das instituições", frisou o sociólogo.

Pico da fragmentação social

Ismael Sadilú Sanha salientou ao Jornal Económioc que o que está em causa é a unidade nacional, pois as sucessivas crises políticas atingiram agora o pico em termos de fragmentação e crispação social.

"Ambos os candidatos terão dificuldades a esse nível", antevê. "Resta saber se Domingos Simões Pereira vai conseguir gerir a crispação e fragmentação, mantendo a favor do PAIGC os deputados dissidentes do APU, para que o PAIGC consiga de facto terminar a legislatura".

Em relação a Umaro Sissoko Embaló, que foi primeiro-ministro de novembro de 2016 a janeiro de 2018, o analista político diz estar "muito cético que, em caso de ser eleito, se o país não vai retornar ao ponto da crise".

"Certamente que vai tentar impedir o PAIGC de mandar e se o atual *status quo* se mantiver, não vai conseguir dar poder à oposição para honrar os compromissos assumidos".

"Ambos os candidatos só com grande esforço estarão em condições de juntar os maiores partidos a volta de uma mesa para poderem dialogar e encontrar consensos para a reforma do sistema políticos, económico e social", conclui Ismael Sadilú Sanha.

ÁFRICA CAPITAL A FECHAR

Foto cedida

OPINIÃO

Turismo em Cabo Verde: desconcentrar é preciso

EUGÉNIO INOCÊNCIO
Economista e presidente da Associação do Turismo de Santiago (ATS)

Em Cabo Verde, o turismo é o responsável por cerca de 25% do PIB nacional, em termos diretos, e é o maior criador de emprego a nível nacional. Contudo, mais de 90% deste fenómeno ocorre apenas em duas ilhas, o Sal e a Boavista, com elevada concentração num produto, o sol e o mar, em poucos empreendimentos, e com elevada sazonalidade.

Por outro lado, o conjunto da economia não tira partido da procura que o turismo representa para os diversos sectores da atividade, ou seja a economia cabo-verdiana teima em funcionar a várias velocidades. São exemplo disso o caso da ilha de Santo Antão – a monocultura do grogue – e de todos os sectores tradicionais de qualquer das ilhas do arquipélago.

A estratégia atual do Governo, com a forte participação do empresariado, é a de um modelo de duas ilhas, o Sal e a Boavista, com elevada concentração de empreendimentos turísticos, a par da dispersão de empreendimentos turísticos por todas as ilhas.

A dispersão do fenómeno turístico pelo todo nacional, a par da concentração em duas ilhas, por um lado, facilita a unificação do mercado interno, uma vez que também o turista passa a ir ter com o potencial fornecedor em cada ilha, mas por outro lado, torna mais complexo o processo.

Num sector globalizado e maduro, como é o Turismo, é a procura que comanda o negócio. O Turismo é uma atividade globalizada e com a distribuição a assumir o papel de líder da relação entre a procura e a oferta, com uma relação dinâmica e em permanente evolução, entre as chamadas grandes Operadoras ou Agências Globais de Turismo, as grandes Plataformas Globais de *booking*, as Agências Nacionais de Viagens e de Turismo e as Empresas Nacionais de Plataformas de Informação.

A relação dinâmica entre estes quatro fatores é determinante para qualquer estratégia e planeamento do turismo, no todo nacional e em qualquer ilha, se quisermos que o Turismo seja sustentável e competitivo.

Cabo Verde necessita de um Turismo Inclusivo, isto é, que beneficia a todos, em termos etários, de género, de estrato social e das regiões

A repartição do valor a criar pelo sector do turismo, entre o país ou região, e os operadores externos, depende em larga medida da compreensão e da relação – dinâmica – que se conseguir estabelecer entre estes quatro fatores.

Em Cabo Verde esta repartição é francamente desfavorável ao país e aos operadores nacionais e das regiões onde o fenómeno turístico acontece.

Cabo Verde necessita de um Turismo Inclusivo, isto é, que beneficia a todos, em termos etários, de género, de estrato social e das regiões e que acontece respeitando os seguintes equilíbrios. Estes equilíbrios não são espontâneos e supõem o planeamento do que se pode e do que não deve ser feito, bem como, em consequência, do que se pretende fazer.

O bem-estar das famílias e das comunidades, a criação de emprego, a geração de oportunidades e a criação, prévia e em sequência, das condições que permitem aos nacionais e aos que vivem em cada região tirar partido dessas oportunidades: no emprego, nos negócios, na inovação.

BREVES

Luanda vai receber cimeira da ACP

A capital angolana será a cidade anfitriã da próxima cimeira dos Países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), a decorrer em 2022. Será a 10.ª reunião magna desta organização, que reúne 79 Estados membros. Criada em 1975, a ACP tem como prioridade o desenvolvimento sustentável dos países que a integram e a sua gradual integração nos circuitos da economia global. A cimeira inaugural ocorreu em Libreville, capital do Gabão, em 1997, passando os líderes máximos da ACP a reunir, em média, de dois em dois anos.

Cabo Verde reforça bolsas de estudo

A proposta de lei do Orçamento do Estado para 2020 em Cabo Verde prevê o reforço das bolsas de estudo para estudantes universitários, passando a abranger mais 3.200 alunos. Esta é uma das medidas contempladas no documento que visam combater o abandono escolar no país. Só para reforçar as bolsas de estudo está prevista uma dotação orçamental de 486 milhões de escudos (cerca de 4,3 milhões de euros). O governo caboverdiano pretende reduzir para 1% o abandono escolar até ao 8.º ano de escolaridade e até 5% entre o 9.º e o 12.º ano.

IBM dá formação digital a jovens

A IBM comprometeu-se a formar dez mil jovens caboverdianos na área do digital. O compromisso consta de um memorando de entendimento assinado na Cidade da Praia entre o diretor-geral das Telecomunicações e Economia Digital de Cabo Verde, Aruna Hendem, e a responsável máxima da IBM para os países africanos de língua oficial portuguesa, Júlia Carvalho, que considerou esta parceria "muito importante". Este programa de formação vai desenvolver-se durante dois anos, tendo sido criado especificamente por aquela multinacional do ramo da informática para desenvolver competências digitais no continente africano.